

Sacco dos Anjos, Flávio; Velleda Caldas, Nádia

Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 21, núm. 2, abril-junio, 2014, pp. 385-402

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386134011002>




História, Ciências, Saúde - Manguinhos,

ISSN (Versão impressa): 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil



Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva

*From measuring the rural to
the rural made to measure:
social representations in
perspective*

Flávio Sacco dos Anjos

Professor, Faculdade de Agronomia/
Universidade Federal de Pelotas.
Campus universitário s/n
96010-070 – Pelotas – RS – Brasil
saccodosanjos@gmail.com

Nádia Velleda Caldas

Professora, Faculdade de Agronomia/
Universidade Federal de Pelotas.
Campus universitário s/n
96010-070 – Pelotas – RS – Brasil
velleda.nadia@gmail.com

Recebido para publicação em março de 2012.
Aprovado para publicação em setembro de 2012.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014000200002>

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p.385-402.

Resumo

O mito fundador da sociologia rural estabeleceu a oposição campo/cidade, classificando tais noções como realidades espaciais e sociais descontínuas. Todavia, nas duas últimas décadas, constrói-se uma imagem idílica e divinizada do rural, sobretudo no âmbito dos países integrantes da União Europeia. Que razões conspiram para a emergência dessas dinâmicas de revalorização do rural? Há um sentido comum e recorrente entre o modo como se constrói esse novo discurso sobre a ruralidade no âmbito da Europa e de outros países? Este trabalho objetiva explorar algumas contradições associadas ao que os autores denominam emergência de um rural “sob medida”, num contexto marcado pela era do pós-productivismo e pelo peso crescente dos valores pós-materialistas, elegendo as representações sociais do rural como foco analítico.

Palavras-chave: rural; representações sociais; nova ruralidade; desenvolvimento rural.

Abstract

The founding myth of rural sociology established an opposition between countryside and cities, classifying these notions as separate spatial and social realities. In the last two decades, an idyllic and divinized image of the rural has been constructed, especially in countries from the European Union. What reasons have conspired to foster this new appreciation of the rural? Is there a mutually accepted, recurring meaning between the way this new discourse about the rural is created in Europe and in other countries? This study aims to explore some of the contradictions associated with what the authors call the emergence of a rural “made to measure” in a context marked by post-productivism and the increasing weight of post-materialist values, taking social representations of the rural as the focus of the analysis.

Keywords: rural; social representations; new rurality; rural development.

Tornou-se uma obviedade afirmar que as áreas rurais e os espaços não densamente urbanizados passaram a ser objeto, desde o final do século XX, de crescente revalorização. Esse fenômeno é claramente difuso, adquirindo distintos matizes e significados segundo as diferentes regiões do planeta. Com efeito, no caso europeu são evidentes os argumentos que justificam o sentido dessa redescoberta, a qual está fortemente aderida ao surgimento de um léxico que inclui termos já amplamente conhecidos no meio acadêmico e político-institucional, como é o caso da multifuncionalidade do rural, do enfoque territorial, da intersectorialidade, ou mesmo do que se passou a denominar “nova ruralidade”, com fortes vínculos com a elaboração de propostas de intervenção para o desenvolvimento de zonas consideradas periféricas e/ou desfavorecidas. A transição operada na Política Agrícola Comum (PAC), desde o final dos anos 1990, e a emergência de instrumentos de intervenção nas áreas não densamente urbanizadas, ou rurais, ajudam-nos a compreender, com bastante clareza, a natureza e o alcance desse processo.

No caso latino-americano essa discussão cobra igual relevância, sobretudo porque aparece associada a um redirecionamento interessante na filosofia e nas estratégias de atuação das principais agências internacionais de cooperação, que definitivamente incorporaram as novas orientações emanadas do marco europeu, em especial no plano de um discurso inovador sobre processos de desenvolvimento. O elemento comum que unifica ambos os contextos recai no fato de reconsiderar o papel passível de ser desempenhado pelas áreas rurais quando estamos em meio à crise de um padrão civilizatório (Beck, 1992) que se impôs desde o final da Segunda Guerra Mundial, com profundos desdobramentos de ordem social, demográfica, econômica e, principalmente, ambiental. Como fruto desse espectro de mudanças tem-se a emergência de fenômenos que alcançam os distintos países do mundo e que até então eram admitidos como próprios (ou exclusivos) dos países industrializados.

Com efeito, já ao final do século XX, Camarano e Abramovay (1999) anunciavam a progressiva masculinização e o envelhecimento do espaço rural brasileiro, ao passo que outros estudos (Anjos, Caldas, 2005) mostravam que não somente essas transformações demográficas são mais intensas nos estados meridionais do país, como também é marcante a tendência à desagrarização. Paralelamente, o que se constata é um incremento da população rural ocupada em atividades que pouco ou nada têm a ver com a agricultura. Analisar esses fenômenos foge ao escopo do presente trabalho. A menção que aqui fazemos serve apenas para mostrar a extensão dos desafios que enfrentamos na contemporaneidade e que objetivamente aproximam cenários mundiais aparentemente contrastantes.

Que o “rural” não se pode reduzir ao “agrícola” ou que existe um rural “para além da produção” (Maluf, Carneiro, 2003) tornou-se a tônica de uma intensa atividade intelectual capitaneada, no Brasil, pelas pesquisas do grupo liderado por Graziano da Silva (2001) no marco do “Projeto rurano”. As implicações dessas pesquisas são bastante conhecidas. Elas serviram para ampliar o reconhecimento acerca da ruptura quanto ao mito fundador da sociologia rural, que estabeleceu a oposição campo/cidade,¹ classificando tais noções como realidades espaciais e sociais descontínuas. Do ponto de vista político e institucional, os estudos foram decisivos para renovar a retórica da atuação do Estado brasileiro na esfera do desenvolvimento e da gestão das políticas públicas. Os recentes discursos que sustentam a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, dos “Territórios da cidadania”, dos “Consórcios de segurança

alimentar e desenvolvimento local”, e de outras estratégias, servem apenas como exemplos para ilustrar uma tendência visível, ainda que não consolidada de atuação governamental.

Mas há outros aspectos a destacar no contexto das novas abordagens que convergem para a retomada do “rural” como questão. Referimo-nos, sobretudo, à influência exercida pelos geógrafos, durante a década de 1990, que, para além do reconhecimento de que a sociedade industrial não havia eliminado totalmente os atributos essenciais da ruralidade, assumem a missão de propor novos instrumentos e critérios para delimitá-la, mensurá-la, aferi-la. Os diversos critérios de definição propostos para dimensionar a ruralidade expressam a ênfase em adotar novos sistemas classificatórios.

“O Brasil é menos urbano do que se calcula”. Esse é o título de um dos trabalhos de José Eli da Veiga (2002), centrado em sua crítica ao viés normativo dominante nessas abordagens. Há, por certo, incontáveis exemplos de aproximações de conteúdo claramente classificatório, como no caso de trabalhos que apontam saldos migratórios positivos ou negativos, que descrevem mudanças e descontinuidades nos fluxos migratórios etc.

As diversas adjetivações (rural isolado, rural profundo) presentes em estudos como os de Kayser (1990, 2000) atestam os termos de um debate inacabado. Com efeito, a tipologia adotada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estabelece três categorias de regiões (“essencialmente rurais”, “relativamente rurais” e “essencialmente urbanizadas”), cuja natureza exercerá influência na evolução do repensar em torno dos destinos da ruralidade. Mas há ainda outras adjetivações (rural agrícola, não agrícola, essencialmente agrícola, exclusivamente agrícola, rural metropolitano etc.) próprias dessas novas aberturas das estatísticas oficiais brasileiras que tentam ultrapassar as restrições impostas pelos esquemas dicotômicos. Essa discussão, ainda que relevante, escapa igualmente ao recorte de realidade que elegemos nessa exposição.

Importa aqui sublinhar o fato de que nos encontramos hoje diante de uma dupla transformação. De um lado, tem-se a mutação no próprio objeto – o rural como questão – e, de outro, na forma como nós o enxergamos. Nesse sentido, são cada vez mais eloquentes os sinais que atestam a emergência de uma ruralidade em busca de se descolar da monocromia do agrário, do tradicional e que era supostamente alheia às mudanças emanadas do marco global (Aguilar Criado, 2007, p.147).

É no curso desse processo que emerge o que podemos chamar de “reinvenção” e de idealização do rural como construção social própria do momento histórico vivido pela sociedade contemporânea. Um momento que converge para o surgimento de uma ruralidade desenhada como uma espécie de “idílio rural” (Hervieu, 1995), reproduzindo a imagem melancólica de um passado que sucumbiu no curso das grandes transformações socioculturais. Um rural que se veste diante dos olhos “dos de fora” como guardião essencial da biodiversidade e dos encantos das paisagens naturais. Um rural que não somente busca se projetar ao exterior, mas que anseia aguçar o desejo dos que querem consumir mais além de produtos, generalidades e alguns bens tangíveis.

Esse quadro é deveras marcante, como veremos, no caso dos países integrantes da União Europeia (UE), mas também é certo que, em maior ou menor medida, atinge outras latitudes, como é o caso do Brasil e demais países latino-americanos. Que razões conspiram para a emergência dessas dinâmicas de revalorização do rural? Há um sentido comum e recorrente

entre o modo como se constrói esse novo discurso sobre a ruralidade no âmbito da Europa e de outros países? Que implicações se podem esperar dessa orientação? Como é possível falar de uma nova ruralidade sem evocar os traços que sustentam as representações sociais construídas pelos consumidores, supostamente ávidos por absorver a tradição e o singular, em detrimento do padronizado, do convencional?

Em linhas gerais, são essas as questões norteadoras de uma reflexão que parte de três grandes premissas. A primeira delas recai no entendimento de que as duas últimas décadas refletem uma mudança importante operada no plano das representações sociais sobre o rural nos países desenvolvidos, sobretudo entre os que integram a UE, a qual se manifesta numa reformulação igualmente decisiva nos instrumentos de intervenção para o desenvolvimento dos territórios.

A segunda premissa é no sentido de reconhecer a existência de uma dualidade imanente entre o rural como um tipo específico de espaço geográfico e enquanto representação social ou “idealização”, parafraseando Halfacree (1993). É nesse sentido que justificamos o sugestivo título – Da medida do rural ao rural sob medida – deste trabalho. O momento presente, como na continuação se busca evidenciar, reflete as contradições em torno do modo como a sociedade atual reelabora uma imagem do rural e constrói um novo discurso sobre a ruralidade.

A terceira premissa é no sentido do entendimento de que o “rural sob medida” emerge como desdobramento de um conjunto de transformações que atravessam a sociedade contemporânea e devem ser sublinhadas nesta aproximação.

A seguir, analisamos o tema das representações sociais e a importância heurística dessa noção para a compreensão dos processos que serão abordados posteriormente, mormente os que afetam as mudanças operadas nas representações sociais sobre o rural propriamente ditas. Em seguida serão expostos os contornos da construção que aqui denominamos “rural sob medida”.

As representações sociais

O tema das representações é vasto e demasiado complexo para ser analisado nos limites desta seção. Nossa intenção é tão somente desvelar alguns dos aspectos que nos parecem cruciais para avançar na tentativa de elucidar as questões formuladas sobre o rural enquanto representação social e as principais implicações surgidas no curso desse debate.

Nesse contexto, é na obra fundacional da sociologia moderna, de Émile Durkheim (1968), *As regras do método sociológico*, de 1895, que vamos encontrar as primeiras alusões à questão das representações na distinção estabelecida entre o que sejam representações “individuais” e “coletivas”. Todavia, como adverte Duveen (2010, p.13), o esforço para erigir a sociologia como uma ciência autônoma fez com que Durkheim propusesse uma separação radical entre essas duas modalidades de representações, assumindo que as primeiras deveriam ser o campo da psicologia, ao passo que as últimas conformariam o objeto de sociologia.

Todavia, a grande contribuição ao estudo das representações sociais dar-se-á a partir do surgimento da obra seminal de Serge Moscovici. O uso de seu instrumental teórico e epistemológico transcende as fronteiras da psicologia social, sendo hoje incorporado à órbita

de outras ciências humanas e campos do conhecimento. O reconhecimento dos vínculos dessa noção com a sociologia de Durkheim não pode ocultar o fato de que Moscovici diverge² da visão original do sociólogo francês por entender que ele concebeu as representações como formas estáveis de compreensão coletiva. Moscovici, ao contrário, vislumbra as representações sociais como um tipo de criação coletiva, “em condições de modernidade, uma formação implicando que, sob outras condições de vida social, a forma de criação coletiva pode ser também diferente” (Duveen, 2010, p.16).

A complexidade é comumente atribuída ao duplo estatuto desse conceito, que tanto é assumido como um fenômeno em si mesmo quanto um referencial teórico singular cujo potencial heurístico é indiscutível para o estudo do “mundo das ideias” e dos processos sociais contemporâneos. Para os objetivos deste artigo, importa destacar que Moscovici se interessou pelo estudo de como e por que as pessoas partilham o conhecimento, constituem uma realidade comum e o modo através do qual transformam “ideias” em “práticas”. Nesse sentido, cumpre destacar que as representações sociais atendem precisamente a duas funções:

a) Em primeiro lugar, elas ‘convencionalizam’ os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas ... b) Em segundo lugar, representações são ‘prescritivas’, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta ‘o que’ deve ser pensado (Moscovici, 2010, p.34-36; destaques no original).

Destarte, são as pessoas e os grupos os responsáveis por criar representações no contexto dos processos de comunicação, não sendo forjadas, portanto, por indivíduos isoladamente. Entrementes,

Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. Como consequência disso, para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu (Moscovici, 2010, p.41).

Moscovici (1961, 2010) refere em sua obra a proximidade entre linguagem e representação social quando pondera que conhecer uma coisa é falar a respeito dela. Falar de um “novo rural” é muito mais que predicar um novo discurso que legitime o papel das agências de fomento no âmbito dos territórios. Outras linguagens são acionadas para veicular os contornos dessa ideia, desde um simples *folder* que evoca a beleza e o bucolismo de lugares remotos, até um rótulo aderido a uma iguaria que busca mostrar ser possível conciliar o gosto tradicional com os requisitos da modernidade.

São bastante eloquentes as alusões feitas a um feixe de transformações que supostamente ilustram o entendimento de que estamos hoje diante da morte de antigas representações e do nascimento de novas representações sociais sobre o rural. Isso parece claro na ideia de um suposto “renascimento rural” (Kayser, 1990), da “reinvenção do rural” (Gray, 2000) do “nascimento de outra ruralidade” (Veiga, 2006), ou do surgimento de uma “nova

ruralidade” (Eikeland, 1999), citando apenas alguns exemplos que servem para ilustrar essa mudança. Mas que fatores e circunstâncias convergiram para o surgimento dessas novas representações sociais sobre o rural? Essa é a tarefa a que nos dedicaremos a seguir.

O rural como representação social

“Quem matou a sociologia rural?” é o título de um provocativo trabalho apresentado por Friedland, em 1978, no Congresso de Sociologia Rural dos EUA, o qual, só muito tempo depois (2010) foi publicado como artigo. Fato é que esse e outros trabalhos exploram os meandros de um debate que permanece inacabado e que nem de longe se busca aqui retomar. Ainda assim, sabe-se que desde então a posição assumida por Newby (1980) exprime com muita clareza o entendimento de grande parte dos cientistas sociais no sentido de que o rural não possui um significado sociológico e de que nenhuma definição sociológica do rural pode ser vista como aceitável (Rye, 2006, p.420).

Por outro lado, como afirmou Gray (2000, p.30), se o rural não representa um tipo peculiar de espaço “geossocial”, uma manobra heurística alternativa é considerá-lo uma forma de linguagem prática sobre um tipo de “espaço-discurso” (Pratt, 1996), uma “representação social” (Halfacree, 1993) ou mesmo uma “metáfora fundamentada” (Creed, Ching, 1997). Com efeito, coincidimos com Rye (2006, p.409) quando ele assevera que a discussão sobre o modo como é concebida a ruralidade reflete um novo momento, iniciado desde os anos 1990, no qual há uma verdadeira “virada cultural” no âmbito das ciências humanas. No curso dessa mudança, a ruralidade é vista como um fenômeno social subjetivamente construído, situado muito mais na mente das pessoas do que propriamente enquanto realidade material e objetiva.

O estudo de Gray (2000) traduz, com muita clareza, a transição operada na PAC que, indiscutivelmente, é a mais importante política da atual UE desde a criação dessa entidade supranacional, em 1957. Esse interessante trabalho analisa as reiteradas “invenções do rural” através de quatro grandes fases que merecem ser aqui sublinhadas, sobretudo porque refletem circunstâncias históricas distintas experimentadas pelo mundo rural do velho continente.

A primeira fase, como recorda Gray, se inicia entre o final da década de 1950 e começo dos anos 1960, e consiste numa etapa em que a agricultura se converte no principal instrumento para a construção do espaço comunitário europeu. Tratava-se de erigir uma imagem do rural que renunciava a uma concepção vaga, indeterminada e nacional para outra representação de um rural ampliado, formalizado e publicamente visível, construído através do que o autor denomina “prática sociolinguística improvisada”. Discurso e representações sociais conformam, em última instância, as duas faces de uma mesma moeda.

A PAC surge suportada por determinados princípios (mercado único, livre circulação de capital, trabalho e mercadorias, preferência comunitária para os produtos agrícolas, solidariedade financeira e orçamentária) que refletem uma orientação francamente protecionista do setor agrícola dos países-membros. Apesar da grande diversidade existente entre as nações em termos de dotação orçamentária para a agricultura, tamanho médio das explorações agrárias, nível de autossuficiência alimentar e importância da agricultura nas contas nacionais, havia duas grandes similitudes entre os Estados-membros que

conformavam o centro de gravidade da Europa unificada do ponto de vista do grau de intervenção no setor agrário.

O primeiro aspecto é que tais países já haviam estabelecido mecanismos próprios de proteção das rendas dos agricultores, em que pese o fato de permanecer ainda viva a lembrança das privações sofridas durante e após a Segunda Guerra Mundial, assim como o afã de manter uma estratégia de autossuficiência no suprimento alimentar. A segunda razão para a forte intervenção era a necessidade de fomentar uma imagem da sociedade rural que retratasse as pessoas e seu modo de vida no campo, com seus valores culturais, reconhecendo que os interesses rurais eram politicamente importantes para os países-membros. Nos documentos da então Comunidade Econômica Europeia (CEE) a ruralidade é representada como uma configuração que abarca a agricultura e o espaço rural, sendo à primeira vista como um conceito síntese que inclui a natureza e os valores que permeiam o espaço rural. “Família, agricultura e sociedade rural” conformam as unidades constitutivas da imagem edificada no marco da PAC e que foi incorporada, simultaneamente, pelos países-membros (Gray, 2000, p.35).

A segunda fase enunciada por Gray é quando o rural é projetado, enquanto representação social, “como localidade”, mediante determinadas práticas discursivas. Com o fito de implementar mecanismos que preservassem a configuração fundamentalista de um rural centrado na agricultura, na produção familiar e na sociedade rural como seus elementos constitutivos, deveria haver lugares tangíveis dentro dos limites do espaço europeu que refletissem os atributos geográficos da paisagem, das relações sociais e do caráter familiar ali presente. O objetivo de conciliar equidade social e eficiência econômica representa a fonte de grandes conflitos existentes no seio da PAC no período compreendido entre 1970 e 1980, cujos programas, dela derivados, agravam ainda mais a situação. Essas dificuldades se dividiam entre o “problema agrícola” (Bowler, 1985, p.46-48) e o “problema rural” (Kearney, 1991, p.126).

O problema agrícola refere-se ao efeito geral da economia sobre o setor agrário, particularmente a relação inversa entre o incremento da produção e a demanda declinante de alimentos pelos consumidores. Com a vulgarização das tecnologias da revolução verde, cresce vertiginosamente a produção agropecuária, muito mais rapidamente do que a demanda dos mercados consumidores. Instaure-se, assim, uma crise sem precedentes entre os países vinculados à PAC, num continente no qual se passa rapidamente da escassez à superprodução de alimentos. Como bem definiu Hervieu (1996, p.8), a PAC tornou-se “vítima do seu próprio êxito”. Destarte, havia ainda outros desafios a serem superados:

a opção pela venda dos excedentes nos mercados mundiais parece cada vez mais difícil e onerosa³ para a CEE, haja vista que implicam fortes subvenções por parte do FEOGA que assegura aos agricultores o pagamento da diferença surgida entre os baixos preços internacionais e os preços internos, normalmente mais elevados. A perspectiva de ingresso de novos países-membros na Comunidade Europeia (Espanha e Portugal em 1986) trouxe preocupações adicionais, tendo em vista a possibilidade concreta de que o tema dos excedentes agrícolas pudesse agravar-se ainda mais (Anjos, 2003, p.66-67).

A crise dos excedentes e o declínio das rendas agrícolas são fenômenos relacionados. É nesse sentido que se ampliam os mecanismos de proteção, criando artificialmente “um espaço em que a agricultura familiar e a sociedade rural europeia pudessem florescer, ao menos em termos econômicos” (Gray, 2000, p.37). Mas a solução ao problema dos excedentes

havia que ser buscada numa mudança estrutural via redução da área plantada, retirando da atividade os agricultores considerados ineficientes, leia-se os de “caráter familiar”, que se deveriam empregar em outros setores.

O “problema rural” reflete as ameaças à mútua dependência entre as pequenas explorações de caráter familiar e a sociedade rural, em face dos ajustes estruturais promovidos sobre o setor agrícola. Todavia, o resultado dessas medidas, especialmente as relacionadas com a política de subsídios, foi no sentido de agravar a disparidade entre as grandes explorações modernizadas e as pequenas explorações familiares que lutavam contra a própria desapareição, e que até então representavam a imagem “icônica” da sociedade rural europeia.

Se a PAC definiu o âmbito comunitário como um único espaço, as políticas de desenvolvimento rural buscavam amenizar os problemas derivados dos ajustes estruturais, subdividindo o território em 166 regiões. Nesse sentido, as áreas desfavorecidas eram admitidas como preferenciais para o recebimento de pagamentos denominados “ajudas diretas” (desvinculados da produção obtida) como forma de compensar sua incapacidade de enfrentar um ambiente hostil, em boa medida causado pelos próprios instrumentos da PAC. Tanto na primeira quanto na segunda fase da PAC, tratava-se de erigir uma imagem que refletisse as profundas ligações entre agricultura e espaço rural, em que a primeira era o elemento aglutinador por antonomásia.

A terceira fase revela uma mudança substancial na representação social, sendo que a ruralidade se torna autônoma frente à agricultura. No curso dessa transformação não seria um exagero afirmar que o rural se converte muito mais num local para o “consumo” do que propriamente para a “produção” agrícola. À época elaboraram-se documentos que exprimem claramente essa mudança de percepção:

Surgido em 1988, o importante estudo intitulado *O futuro do mundo rural* marca um giro decisivo, enquanto marco conceitual, que repercutirá decisivamente nos rumos da PAC. O essencial repousa na efetiva opção que defende em favor do ‘desenvolvimento do meio rural’ em lugar da reiterada insistência no conteúdo eminentemente agrarista que até então pautava a atuação eurocomunitária (Anjos, 2003, p.69; destaque no original).

Há um verdadeiro despertar em termos do reconhecimento da riqueza e diversidade do espaço rural, momento em que se passa a perceber a existência de um amplo conjunto de atividades (comércio, pequenas e médias fábricas, prestação de serviços etc.) levadas a cabo num amplo território que abarca 80% do território comunitário e onde habita quase a metade da população europeia. É a agricultura que se desenvolve dentro do espaço e da sociedade rural e não o contrário, fato que supõe uma inversão radical em relação à representação social construída nas etapas precedentes. Admite-se, outrossim, que a PAC foi responsável não só pelo ocaso de muitas localidades rurais, mas pela degradação ambiental decorrente do “produtivismo” alimentado pelos fartos subsídios concedidos aos agricultores desde sua criação no auge dos anos 1960.

A nova representação social do rural inclui lazer e preservação ambiental como aspectos fundamentais, muito embora permaneça ainda viva a imagem do “fundamentalismo agrário” (Hervieu, 1996, p.105), que marcou a trajetória da PAC. Mas se, no primeiro caso, o espaço rural é visto como destinado ao lazer e à recreação necessários para regenerar o espírito da

população em geral, no segundo caso, trata-se de envidar esforços no sentido de restabelecer o equilíbrio ecológico do espaço rural europeu. Cresce o entendimento de que as localidades rurais devem ser preservadas, não somente para os agricultores, mas também para o deleite da sociedade como um todo.

Destarte, há um novo discurso que se articula em torno da representação social do rural ora construída. Em vez de os agricultores insistirem nos mecanismos de apoio da PAC à produção de *commodities* agrícolas, admite-se agora que as localidades rurais são lugares para onde convergem pessoas de fora, interessadas em consumir a diversidade ali presente, que inclui o ambiente natural, as belas paisagens, o patrimônio cultural, os costumes e o artesanato local. E para aplacar o declínio das áreas rurais é necessário um aporte financeiro para fomentar a heterogeneidade de atividades e dos espaços que emolduram a ruralidade. Essa fase delimita claramente a transição operada entre o enfoque “setorial” e a chamada abordagem “territorial” do desenvolvimento (Anjos, 2003, p.85-86).

A quarta e última fase delineada por Gray coincide com o momento em que a Comissão Europeia apresenta uma série de documentos que propugnam a imagem de uma ruralidade diversificada, inserida no marco de uma ampla agenda de desenvolvimento rural, da qual fazem parte a reforma MacSharry (em 1992), a iniciativa Leader I (Ligação entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural, em 1991), a “Declaração de Cork” (em 1996), o relatório Buckwell (em 1997) e a própria “Agenda 2000” (em 1997). As regiões são agora definidas em três grandes grupos (essencialmente rurais; relativamente rurais e essencialmente urbanizadas), com base na metodologia adotada pela OCDE, centrada, fundamentalmente, na proporção da população que vive em localidades consideradas “rurais”, ou que possuem densidade inferior a 150 habitantes por km². O afã classificatório que sintetiza “a medida do rural” se impõe sobre essas bases nas novas diretrizes que emanam do marco europeu de desenvolvimento.

A iniciativa Leader tem por objetivo precípua o enfrentamento dos problemas que afetam as áreas rurais mediante o apoio aos grupos locais para que assumam papel ativo na definição de programas de desenvolvimento para suas próprias localidades.

“Forjar um novo espaço político local” resume a orientação que predica o incentivo ao protagonismo dos atores no desenvolvimento de iniciativas articuladas à história e à cultura em torno de projetos que potencializem os recursos locais. Nesse sentido, fazer emergir a consciência da própria identidade tornou-se não um fim em si mesmo ou uma simples estratégia de marketing, mas um quadro de referência mais amplo e profundo que permita fazer aflorarem outras identidades locais.

O percurso que aqui fizemos cumpriu o propósito de expor um marco geral das grandes transformações a partir dessa perspectiva que elegeu o âmbito das representações sociais do rural e suas metamorfoses através do tempo. Servimo-nos da transição operada no âmbito das políticas de desenvolvimento agrícola e rural da UE porque efetivamente consiste num marco referencial extremamente rico para compreender os processos subjacentes, sobretudo pela influência que esse debate exerce sobre os demais países, especialmente no contexto latino-americano.

Ainda que bastante limitado, este pequeno recorrido serviu para mostrar uma mudança visível e profunda operada nas representações sociais sobre o rural construídas ao sabor das circunstâncias que culminaram no surgimento da sociedade pós-industrial. E é na esteira

dessas transformações que se passa a projetar uma imagem construída ou “reinventada”, parafraseando o estudo de Gray (2000), que reiteradamente evocamos nesta abordagem.

Mas também é certo que essa transição oculta um feixe de contradições que devem ser trazidas a lume. Nesse sentido, chama-se aqui a atenção para o fato de que as representações sociais são também um campo de conflitos ou de tensões, no sentido atribuído por Moscovici, particularmente entre “universos reificados e universos consensuais”, criando uma ruptura entre a linguagem dos conceitos e a das representações (Moscovici, 2010, p.91). Os universos reificados são aqueles nos quais se produzem e circulam o conhecimento científico, a tecnologia, as atividades especializadas, sendo, portanto, um âmbito restrito. Os universos consensuais, por seu turno, correspondem às atividades intelectuais da interação social cotidiana, em que o novo é incorporado e “ressignificado” pelo senso comum.

Uma nova imagem do rural foi erigida, criando quadros de referência e impondo uma forma inovadora de recriar a realidade, com suas implicações e interfaces, que merecem ser analisadas. É esse o objetivo que se busca desenvolver a seguir.

O rural sob medida: as interfaces da idealização

A concepção do “rural sob medida” suporta o argumento central deste artigo, ao qual estão aderidos os traços emoldurados por uma nova representação social do rural que leva implícito o entendimento de que outras funções devem ser incorporadas pela ruralidade para além da produção agropecuária *stricto sensu*. Para os objetivos do presente artigo importa destacar duas grandes “ideias-força” que convencionalizam objetos ligados a esse rural “ressignificado” e que a ele conferem um caráter prescritivo. Analisemos, separadamente, cada uma delas.

O idílio rural

O idílio rural (*rural idyll*) é, indubitavelmente, uma das imagens que mais sobressaem numa representação social que emerge no âmago de uma sociedade marcada pelo que se convencionou chamar de “pós-produtivismo” (Wilson, 2007; Wilson, Rigg, 2003) e pelo peso crescente assumido pelos valores “pós-materialistas” (Inglehart, Welzel, 2005). Nesse contexto, o rural é hodiernamente retratado dentro de uma visão romântica, como um retiro idílico (Creed, Ching, 1997, p.19), exprimindo a densidade dos valores simbólicos que leva implícita essa noção. É o lugar “refúgio da modernidade” (Short, 1991) e manifestação explícita de atavismos despertados em amplos setores de uma sociedade que anseia o (re) encontro com o “tradicional”, o “autêntico”, o “exótico”, o “singular”. Cumpre destacar que a emergência do idílio rural foi magistralmente retratada nas clássicas obras de Keith Thomas (1996) e Raymond Williams (1989) como pertencente a uma concepção que remonta, mais precisamente, ao século XVIII. Ela surge, segundo Thomas,⁴ no contexto de uma mudança de atitude dos homens em relação à conservação do mundo natural e não guarda uma relação estritamente ideológica com a configuração das sociedades industrializadas do Ocidente.

Por outro lado, a “romantização do rural” e sua associação com a natureza têm uma longa história e não se originam da agenda europeia para o desenvolvimento rural de fins do século XX. Não desconhecemos, portanto, esses remotos vínculos. Não obstante, também é certo que só muito recentemente vemos explicitado um marco de intervenção política e institucional

que admite, de forma clara e inequívoca, a natureza e o sentido desse (re)despertar sobre o qual nos debruçamos a estudar neste trabalho.

Alguns exemplos são deveras ilustrativos para mostrar a força dessas imagens que se projetam, de forma difusa, na contemporaneidade. Nesse sentido, fazemos uso do estudo de Woortmann (2004), que demonstra ter o desenvolvimento de atividades turísticas no Sul do Brasil conduzido a uma resignificação dos hábitos alimentares tradicionais. As festas e os restaurantes ditos coloniais⁵ ensinam a revalorização de hábitos alimentares étnicos dos teuto-brasileiros. O sistema antigo (comidas fortes, à base de manteiga, carne e banha de porco) serve, segundo Woortmann, para satisfazer a memória gastronômica de turistas e ex-colonos urbanizados. Assim, se comida é identidade, ela se reconstrói sob novas bases que necessariamente apontam para o gradual distanciamento de um sistema de valores que não se sustenta, a não ser de forma idealizada e diferida, no cotidiano das famílias rurais de comunidades coloniais do extremo sul do Rio Grande do Sul, hoje residentes em centros urbanos.

O interessante estudo realizado por Rye (2006) analisa as imagens do rural que habitam o imaginário de adolescentes de comunidades rurais da Noruega. Os resultados de sua pesquisa mostram a predominância de uma representação social que vincula duas fortes imagens do rural: a ideia do idílio e a do tédio. Na visão desse autor tais imagens não são propriamente contraditórias entre si, mas reciprocamente complementares.

Associa-se-lhes a ideia de lugar para uma vida boa (Jones, 1995; Halfacree, 1993), mas também o tédio, ou *rural dull*, (Haugen, Villa, 2005; Berg, Lysgard, 2004; Lægran, 2002). Mas, como adverte Rye (2006, p.416), tais representações não podem ser tomadas como mutuamente excludentes, senão como dimensões que conformam um mesmo contexto. A dimensão do idílio rural é uma imagem mais forte que a do tédio e prepondera entre os jovens rurais noruegueses, reproduzindo a ideia de lugar caracterizado por ser um ambiente natural, pela existência de uma densa estrutura social em que todos conhecem todos, de um sentimento de vizinhança ou de pertencimento e de um forte espírito de cooperação. Mas a imagem idílica coexiste com uma imagem negativa, não tão expressiva, e que associa o rural ao tédio, ao “não moderno”, à deficiência de oportunidades e a um lugar em que as pessoas trabalham muito e ganham pouco (os *rednecks*).

A representação social do rural ligada à tradição é um atributo exhaustivamente evocado na retórica oficial que acompanha as políticas de desenvolvimento tanto no âmbito europeu quanto no resto do mundo. Há, por certo, uma demanda crescente dos consumidores interessados em desfrutar o sabor da tradição, que em maior ou menor medida explica o crescimento vigoroso na demanda dos produtos agroalimentares portadores dos chamados sinais distintivos de mercado. Referimo-nos, sobretudo, aos artigos com indicações geográficas (vinhos, azeites de oliva, queijos) e uma plêiade de produtos agroalimentares que aludem à singularidade e à tradição. Esse tipo de iniciativa vem sendo incentivada, desde as últimas reformas da PAC, como vimos anteriormente, através do advento das políticas de desenvolvimento rural. E foi a necessidade de pôr em prática programas como Leader e Programa de Desenvolvimento Rural que motivou a criação dos chamados Grupos de Desenvolvimento Rural (GDR) em países como Espanha.

O caso da Andaluzia é emblemático para mostrar a evolução vertiginosa no número dessas agências de desenvolvimento, se temos em mente que em 1994 essa comunidade autônoma espanhola contava com apenas nove GDR para operar a primeira edição do programa Leader, sendo que atualmente seu número totaliza 52.

Resgatar saberes tradicionais, criar rotas turísticas, museus temáticos, artigos artesanais, organizar festas culturais e jornadas gastronômicas são algumas das atribuições precípuas dessas agências de fomento, cuja missão primordial se encaixa perfeitamente dentro do novo discurso da UE, que é financeiramente lastreado pelo chamado “segundo pilar da PAC” e pelos programas já mencionados.

A representação social que se impõe a partir dos marcos aqui expostos oculta em seu interior um campo de conflitos, sobretudo entre os fundamentalistas agrários, aproveitando a célebre expressão de Hervieu (1996, p.105) e os grupos ligados aos novos enfoques do desenvolvimento rural em torno do uso dos recursos dos fundos europeus. Mas tal discussão foge ao escopo deste trabalho. Entretanto, busca-se aqui refletir sobre duas questões que nos parecem centrais analisar acerca dessa visão idílica erigida em torno da representação social do rural.

A primeira delas refere-se ao fato de que essa imagem idealizada do rural não raras vezes é artificialmente fabricada ao sabor de interesses corporativos e de grupos articulados em torno desse novo discurso sobre a ruralidade, que, como afirmamos, se impõe também sobre o contexto dos países latino-americanos como um modelo a ser seguido. Todavia, o tema suscita certos desdobramentos, como referem Arias e Blanco em seu estudo:

Apesar das mudanças quantitativas e qualitativas ocorridas durante as últimas décadas nas sociedades rurais latino-americanas, a visão dominante de idílio rural se manteve através do tempo do ponto de vista urbano. ‘Essa imagem seletiva do rural foi depurada e mercantilizada à medida que a base econômica se deslocou do setor agrícola para o setor turístico. Essa imagem de ruralidade está agora disponível, a um preço determinado para os visitantes procedentes das zonas urbanas. Povoados recriados da década de 1930’, bem como povoados reais chamados de capitais culturais são vendidos na forma de pacotes turísticos. Tal como destaca Price (1996), agregando ruas de pedra que em muitos casos nunca existiram e convertendo praças em centros culturais, tais atrações retratam um passado rural improvável e glorificado na paisagem atual (Arias, Blanco, 2010, p.185; destaque nosso).

No estudo etnográfico realizado por Maria José Carneiro em comunidades rurais dos Alpes franceses, tais aspectos também foram exaltados, sobretudo quando a autora coteja as “festas na aldeia” e as “festas da aldeia”, cujas diferenças são marcantes:

‘festa na aldeia’ transforma-se em espaço e tempo privilegiados para reforçar a nova identidade aldeã que resulta da articulação entre culturas distintas. Os personagens principais deste ritual são os filhos emigrados que vêm ao reencontro nostálgico de traços de sua cultura de origem, os turistas que vêm em busca de excentricidade de uma aldeia camponesa idealizada e certos moradores que, no esforço de demonstrar a proximidade entre o ‘rural’ e o ‘urbano’, fazem o possível para mostrar que compartilham dos mesmos hábitos ‘modernos’ tão idealizados quanto as representações sociais que os cidadãos fazem do mundo rural (Carneiro, 1998, p.201-202; destaques no original).

O debate sobre a “tradição inventada” não representa nenhuma novidade no terreno das ciências humanas, sobretudo no âmbito da história,⁶ haja vista o clássico estudo de

Hobsbawm e Ranger (2008). Mas, para os efeitos do presente artigo, importa destacar as articulações em torno da representação social do rural que evoca ao idílio. Essa tradição recuperada ou preservada, parafraseando Harvey (2009), é assim desvelada para ser literalmente “mercadificada”, sendo produzida e vendida como uma imagem, um simulacro, um pastiche. Recorremos novamente ao exemplo das festas aldeãs do estudo de Carneiro para reforçar esse entendimento da questão:

Desta maneira, a ‘festa na aldeia’, assim como as ‘festas camponesas’, expressam a crise dos valores camponeses, mas revelam também a outra face da moeda. A primeira, mais do que a segunda, proclama, ao mesmo tempo, o fim da ‘cultura camponesa’ e a retomada de certos elementos desta mesma cultura, mas num outro contexto, num outro sistema de reconstrução da identidade aldeã. Esta festa faz emergir a dominação da lógica capitalista sobre os valores da tradicional sociedade aldeã. Ela nos fala da apropriação mercantil de elementos de uma cultura e do espaço onde esta cultura se realiza – a exploração turística – e do consumo como forma de lazer (Carneiro, 1998, p.201-202; destaques no original).

O novo “produto rural” que se compra e se vende nos mercados *gourmet*, nas festas regionais ou em quaisquer outros espaços é muito mais amplo e diversificado do que um pacote turístico, uma iguaria gastronômica ou uma indumentária típica que evoca o passado, pois leva implícita a marca de um ingente “comércio de identidades”. O excerto a seguir sintetiza exemplarmente esse aspecto, aludindo ao caso da indumentária andaluza:

o xale e a vestimenta flamenca possuem formas diferentes de elaboração segundo a natureza local ou global de seu consumo, porque possuem igualmente um uso e uma funcionalidade distintos para próprios e estranhos, perfeitamente distinguível aos olhos dos nativos; entre o que constitui os espaços rituais de sua própria cultura e o que forma parte do repertório de objetos que recriam a imagem local, reproduzem os tópicos do espanhol e que, portanto, ‘mercantilizam a própria identidade’ (Aguilar Criado, 2003, p.419; destaque no original).

A propaganda e as diferentes formas de divulgação dos produtos, sejam eles quais forem, representam um terreno fértil para decifrar as representações sociais do rural, sobretudo porque elas corporificam ideias relativas a um tempo histórico que aqui se busca demarcar.

O rural como sinônimo de natureza

A segunda ideia-força que suporta essa nova representação social e que reproduz ações discursivas e não discursivas é a associação última do rural com a natureza, a biodiversidade, com os espaços protegidos ou outras vinculações já de per si bem conhecidas. Concretamente essa associação é nítida, mesmo em países com forte tradição na produção agropecuária mundial, como é o caso da França. O estudo realizado por Hervieu e Viard (1996) mostrou que 72% dos franceses urbanos consideram que o campo é mais uma paisagem que um local de produção. Mas o surpreendente, como adverte Abramovay (2003, p.27) ao comentar essa pesquisa, é que essa é “a opinião de nada menos que 61% dos que vivem no meio rural”.

A relação com a natureza é vista como o traço mais proeminente da ruralidade, em que a vida que ali se desenvolve é percebida como qualitativamente superior à das cidades

(Rye, 2006, p.410). Mas fato é que mesmo entre jovens rurais noruegueses estudados por Rye, as representações sociais do rural não deixam dúvidas com relação a essa íntima associação. Quando perguntados sobre quais palavras consideram mais adequadas para descrever o rural, sobressaiu com força e em primeiro lugar a ideia de natureza. Com efeito, numa escala que varia entre 1 e 5 essa vinculação alcançou um escore médio de 4,7 num universo de quase 650 adolescentes entrevistados.

Não há o que acrescentar em relação ao conteúdo dessa imagem que se busca projetar no exterior e que também é assumida pelas próprias pessoas que vivem no âmbito rural. Mas também é certo que essa associação se tornou um argumento de peso para justificar o modelo de agricultura praticado na UE,⁷ com sua farta carga de subvenções já comentada.

Em países como a França criou-se a figura dos “contratos territoriais de exploração” (Velasco Arranz, Noyano Estrada, Anjos, 2008) durante o mandato de Lionel Jospin, em defesa de “um novo pacto social na agricultura”, que não prosperou por conta dos avatares da política francesa. Em última análise, tratava-se da explicitação de um compromisso com a sociedade francesa e europeia, no sentido de incorporar os imperativos da sustentabilidade ambiental. Contudo, os frequentes escândalos agroalimentares (crise das dioxinas, gripe aviária e suína e, mais recentemente, a crise dos pepinos espanhóis) representam a ponta de um grande *iceberg* de contradições que encerra o mundo da alimentação no contexto europeu e no resto do planeta.

O resultado desse ambiente de incertezas manifesta-se numa preocupação constante dos cidadãos pela segurança e qualidade dos produtos que consomem (Beck, 1998; Díaz Méndez, Gómez Benito, 2001; Callejo Gallego, 2005; Aguilar Criado, 2007). Fato é que, dentro das grandes cadeias que configuram os sistemas agroalimentares, a crescente desvinculação entre produto “agrário” e produto “alimentício” (Langreo, 1988) e o deslocamento do centro de decisões do âmbito dos produtores para o de transformadores, e, mais recentemente, para a esfera dos distribuidores, produziram consequências importantes sobre as possibilidades de desenvolvimento das zonas rurais porque restringem, sensivelmente, as oportunidades de acesso direto aos consumidores.

Resta aqui o reconhecimento de que a representação social resumida no sugestivo *slogan* – o rural sob medida –, e que vincula o rural ao idílico e ao natural, há que ser potente o suficiente para veicular junto à sociedade em geral uma imagem que se desmarque dos recorrentes escândalos agroalimentares, da degradação ambiental e de certas práticas, que de uma ou de outra forma conformam um cenário que suscita ampla controvérsia, seja no âmbito da Europa, seja no contexto de países como o Brasil, com respeito ao presente e ao futuro das regiões rurais.

“Quantas mais ‘aldeias típicas’ conseguimos suportar?” é o sugestivo título do estudo de Figueiredo (2003) que aponta exatamente na direção de mostrar a necessidade de pensar acerca dos limites dessa exaltação do rural e dos custos materiais e simbólicos para os atores sociais implicados nesses processos.

Considerações finais

O reconhecimento de que as áreas rurais não estão condenadas inexoravelmente ao desaparecimento e a mudança nos parâmetros que definem a ruralidade nas sociedades contemporâneas conformam um mesmo cenário que se desvela, sobretudo, em meados dos anos 1990, cujos contornos foram superficialmente analisados ao longo deste trabalho. Efetivamente não foi esse o objetivo que ponteeou a discussão aqui empreendida. Nossa motivação principal recaiu no afã de explorar a perspectiva das representações sociais do rural e as mutações que elas experimentam, tendo como pano de fundo as grandes transformações que atravessam as sociedades contemporâneas. Fazemos nossas as palavras de Redclift e Woodgate (1994, p.61-62) quando afirmam que as representações do rural que predominam atualmente nas sociedades contemporâneas se encontram intimamente associadas a um “sentimento de perda que acompanhou a civilização industrial moderna. O campo assumiu um estatuto de herança, tal como as catedrais, porque nos mostra o nosso passado”.

A importância crescente assumida pelos valores pós-materialistas e a transição para a etapa do pós-produtivismo representam processos associados. Com efeito, as transformações operadas na PAC e o surgimento da chamada abordagem territorial do desenvolvimento expressam um debate cuja influência tem sido decisiva na reformulação dos instrumentos de intervenção na agricultura e no mundo rural dos países latino-americanos, assim como da retórica oficial subjacente à atuação das agências de fomento.

Todavia, nossa atenção foi mais além de mostrar essas evidências, já por si bem conhecidas. Nosso intuito foi indicar os riscos associados a essa construção social do rural ou, mais explicitamente, dessa representação social forjada ao sabor de circunstâncias, a qual produz uma série de implicações, sobretudo por força da veiculação dessa imagem idílica, divinizada e romântica do rural. Uma visão cujos riscos de reificação de culturas e de identidades são imanentes, em especial porque a exaltação do exótico, do tradicional, do singular aparece associada à “mercantilização de identidades”.

A identificação implícita do rural com a natureza, a biodiversidade e com os espaços protegidos é um ponto fulcral dessa representação social construída na contemporaneidade, sendo reconhecida como tal pelos próprios habitantes das áreas rurais, como demonstram os estudos referidos. Todavia, ainda que seja visto como um aparente paradoxo, não é certo afirmar que exista uma aceitação tácita dessa função por parte das pessoas que vivem no campo, sobretudo porque não raras vezes a glorificação dos ambientes naturais pelos “de fora”, e mesmo pelo Estado, pode acarretar novos esquemas de dominação.

Converter atributos ambientais em artigos consumíveis, em paisagem ou cenário para ser reconfigurado e adornado para a apropriação estética por parte dos turistas, e da sociedade em geral, nem sempre reflete ou está de acordo com as representações, expectativas e práticas das pessoas “do lugar”. Esse conjunto de aspectos nos leva a pensar a importância de compreender como se dão os processos que produzem esse rural recodificado e as circunstâncias que favorecem a sua emergência no quadro de um discurso mais amplo sobre a ruralidade, que hoje se impõe, em maior ou menor medida, em nossas sociedades. A construção social do rural na atualidade reflete o momento histórico que vivemos, mas nem de longe pode ser vista como um campo livre de tensões, conflitos e contradições como se buscou aqui realçar.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem os apoios recebidos da Capes (Acordo Brasil-Espanha), do CNPq e da Fapergs (Pronem), sem os quais este estudo não poderia ter sido realizado.

NOTAS

¹ Na evolução do pensamento social brasileiro as relações campo/cidade são tratadas de forma bastante original, sobretudo numa conjuntura histórica crucial compreendida entre as décadas de 1920 e 1930, a qual foi responsável por produzir representações de grande impacto e de larga duração, como indicam os estudos de Lima e Hochman (2000), Hochman (2010) ou Sá (2009). Malgrado a importância desses trabalhos, seria assaz complicado ampliar o recorte para além do período que elegemos neste trabalho e que está centrado, fundamentalmente, nas duas últimas décadas.

² Ao explicitar os contornos desse conceito e defender-se contra os que consideram tal noção demasiado vaga, Moscovici (2010, p.306; destaques no original) adverte: “Gostaria de lembrar que a ideia de representação coletiva ou social é mais velha que todas estas noções e que ela é parte do ‘código genético’ de todas as ciências humanas”.

³ Em meados dos anos 1980, como aludem Etchezarreta et al. (1995, p.57), os gastos do Fundo Europeu de Orientação e Garantia (Feoga) haviam ultrapassado 70% do orçamento eurocomunitário.

⁴ Thomas refere que muitos escritores do século XVII afirmavam que, enquanto Deus fizera o campo, o homem erguera as cidades. Se a vida rural era retratada como criação divina, a cidade se lhe associava com a fumaça, a sujeira e os odores fétidos, próprios de uma época marcada pela expansão fabril e pelo adensamento populacional.

⁵ Na região Sul do Brasil, o termo “colônia” é uma expressão absolutamente polissêmica. Tanto pode significar uma dimensão agrária (ao redor de trinta hectares), como toda uma região colonizada por imigrantes europeus (Seyferth, 1974, p.54). Mais além desses aspectos, a expressão cobra importância no âmbito das comunidades germânicas (*kolonie*), considerando que foram os primeiros imigrantes não ibéricos a desembarcar no sul do país. Neste caso há que dizer que a palavra cristaliza o sentido de autonomia que se reproduz como ideal recorrente nas práticas adotadas pelas famílias e no discurso dos agricultores.

⁶ Nos sete volumes que conformam a conhecida obra de Pierre Nora (1997), *Les lieux de mémoire*, há um vasto inventário dos lugares e objetos nos quais se encarna a memória nacional francesa, do qual faz parte a reencenação de um passado como missão que serve a múltiplos objetivos. Nesse contexto de tradições inventadas, a história de festas revolucionárias desvela uma dialética permanente de lembranças e esquecimentos, que necessariamente não pode ser vista como obra do acaso.

⁷ O tema das representações sociais sobre o rural, no âmbito da UE, pode ser analisado também à luz da dinâmica dos nacionalismos, e de sua agonizante resistência, no contexto de um mundo globalizado. Exemplo desse prisma analítico pode ser visto na obra de Jacques Cellard (1989) e Hagen Schulze (2001).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo.

Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: Abramovay, Ricardo (Ed.). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS. p.17-56. 2003.

AGUILAR CRIADO, Encarnación.

Productos locales, mercados globales: nuevas estrategias de desarrollo en el mundo rural. In: García Docampo, Manuel (Ed.). *Perspectivas teóricas en desarrollo local*, La Coruña: Netbiblo. p.147-169. 2007.

AGUILAR CRIADO, Encarnación.

La cultura como recurso en el ámbito de la globalización: la nueva dinámica de las industrias artesanas. In: Bueno, Carmen; Aguilar Criado, Encarnación (Coord.). *Las*

expresiones locales de la globalización: México y España. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores de Antropología. p.405-423. 2003.

ANJOS, Flávio Sacco dos. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUPEL. 2003.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.26, n.1, p.661-694. 2005.

ARIAS, Eliezer; BLANCO, Iraida.

Una aproximación al entendimiento del suicidio en comunidades rurales y remotas de América

- Latina. *Estudios Sociológicos*, v.28, n.82, p.185-210. 2010.
- BECK, Ulrich.
¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Paidós Ibérica. 1998.
- BECK, Ulrich.
Risk society: towards a new modernity. Londres: Sage Publications. 1992.
- BERG, Nina Gunnerud; LYSGARD, Hans Kjetil. Ruralitet og urbanitet bygd og by. In: Berg, Nina Gunnerud; Lysgard, Hans Kjetil; Lofgren, Anders (Ed.). *Memmesker, steder og regionale endringer*. Tapir: Trondheim, p.61-76. 2004.
- BOWLER, Ian Robert.
Agriculture under the common agricultural policy: a geography. Manchester: Manchester University Press. 1985.
- CALLEJO GALLEGO, Javier.
Modos de consumo y sociedad del riesgo. *Revista Internacional de Sociología*, Tercera Época, v.63, n.40, p.133-157. 2005.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *Textos para Discussão*, n.621. 1999.
- CARNEIRO, Maria José.
Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1998.
- CELLARD, Jacques.
Ah ça ira ça ira: ces mots que nous devons à la Revolution Française. Paris: Balland. 1989.
- CREED, Gerald; CHING, Barbara.
Recognizing rusticity: identity and the power of place. In: Ching, Barbara; Creed, Gerald (Ed.). *Knowing your place: rural identity and cultural hierarchy*. London: Routledge. 1997.
- DÍAZ MÉNDEZ, Cecilia; GÓMEZ BENITO, Cristóbal.
Del consumo alimentario a la sociología de la alimentación. *Distribución y Consumo*, n.60, p.5-23. 2001.
- DURKHEIM, Émile.
As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Nacional. 1968.
- DUVEEN, Gerard.
Poder das ideias. In: Moscovici, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes. p.7-28. 2010.
- EIKELAND, Sveinung.
New rural pluriactivity? Households strategies and rural renewal in Norway. *Sociologia Ruralis*, v.39, n.3, p.359-376. 1999.
- ETXEZARRETA, Miren et al.
La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias. Madrid: MAPA. 1995.
- FIGUEIREDO, Elisabete.
Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In: Simões, Orlando; Cristóvão, Artur (Org.). *Turismo em espaços rurais e naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra. p.65-81. 2003.
- FRIEDLAND, William.
Who killed rural sociology? A case study in the political economy of knowledge production. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v.17, n.1, p.72-88. 2010.
- GRAY, John.
The Common Agricultural Policy and the re-invention of the rural in the European Community. *Sociologia Ruralis*, v.40, n.1, p.30-52. 2000.
- HALFACREE, Keith.
Locality and social representation: space, discourse and alternative definitions of the rural. *Journal of Rural Studies*, v.9, n.1, p.23-37. 1993.
- HARVEY, David.
Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola. 2009.
- HAUGEN, Marit; VILLA, Mariann.
Rural idylls or boring places? In: Bock, Bettina; Shortall, Sally (Ed.). *Rural gender relations: issues and case studies*. Oxfordshire: CABI Publishing. 2005.
- HERVIEU, Bertrand.
Los campos del futuro. Madrid: Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. 1996.
- HERVIEU, Bertrand.
El espacio rural europeo entre la ruptura y el desarrollo. In: Ramos Real, Eduardo; Villalón, Josefina Cruz (Ed.). *Hacia un nuevo sistema rural*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. 1995.
- HERVIEU, Bertrand; VIARD, Jean.
Au bonheur des campagnes (et des provinces). Paris: L'Aube. 1996.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.).
A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra. 2008.
- HOCHMAN, Gilberto.
O sal como solução? Políticas de saúde e endemias rurais no Brasil (1940-1960). *Sociologias*, v.12, n.24, p.158-193. 2010.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian.
Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence. New York: Cambridge University Press. 2005.

JONES, Owain.

Lay discourses of the rural: development and implications for rural studies. *Journal of Rural Studies*, v.11, n.1, p.35-49. 1995.

KAYSER, Bernard.

L'intégration de la ruralité: les campagnes françaises au XXI^{ème} siècle. *Économie Rurale*, n.255-256, p.100-103. 2000.

KAYSER, Bernard.

La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin. 1990.

KEARNEY, Brendan.

Rural society-disparities in incomes and alternative policies. In: Marsh, John et al. (Ed.). *The changing role of the Common Agricultural Policy*: the future of farming in Europe. London: Belhaven Press. 1991.

LÆGRAN, Anne Sofie.

The petrol station and the internet café: rural technospaces for youth. *Journal of Rural Studies*, v.18, n.2, p.157-168. 2002.

LANGREO, Alicia.

La agricultura contractual. Madrid: COAG-Informa. 1988.

LIMA, Nisia Trindade de; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.5, n.2, p.313-332. 2000.

MALUF, Renato Sérgio; CARNEIRO, Maria José. *Para além da produção*: multifuncionalidade e agricultura familiar. v.1. Rio de Janeiro: Mauad. 2003.

MOSCOVICI, Serge.

Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes. 2010.

MOSCOVICI, Serge.

La psychanalyse: son image et son public. Paris: Presses Universitaires de France. 1961.

NEWBY, Howard.

Trend report: rural sociology. *Current Sociology*, v.28, n.1, p.3-141. 1980.

NORA, Pierre (Dir.).

Le lieux de mémoire. 7v. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

PRATT, Andy.

Discourses of rurality: loose talk or social struggle? *Journal of Rural Studies*, v.12, n.1, p.69-78. 1996.

REDCLIFT, Michael; WOODGATE, Graham.

Sociology and the environment: discordant discourse? In: Redclift, Michael; Benton, Ted

(Ed.). *Social theory and the global environment*.

London: Routledge. p.51-66. 1994.

RYE, Johan Fredrik.

Rural youth's images of the rural. *Journal of Rural Studies*, v.22, n.4, p.409-421. 2006.

SÁ, Dominichi Miranda de.

A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o imenso hospital. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, supl.1, p.333-348. 2009.

SCHULZE, Hagen.

Breve historia de Alemania. Madrid: Alianza Editorial. 2001.

SEYFERTH, Giralda.

A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento. 1974.

SHORT, John Rennie.

Imagined country, society, culture and environment. London: Routledge. 1991.

SILVA, José Graziano da.

Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, v.15, n.43, p.37-50. 2001.

THOMAS, Keith.

O homem e o mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

VEIGA, José Eli da.

Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, v.20, n.57, p.333-353. 2006.

VEIGA, José Eli da.

Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editores Associados. 2002.

VELASCO ARRANZ, Ana; MOYANO ESTRADA, Eduardo; ANJOS, Flávio Sacco dos.

Contratos territoriais de estabelecimento na França: rumo a um novo pacto social na agricultura? *Ambiente & Sociedade*, v.11, n.2, p.219-235. 2008.

WILLIAMS, Raymond.

O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

WILSON, Geoff.

Multifunctional agriculture: a transition theory perspective. Wallingford: CABI International. 2007.

WILSON, Geoff; RIGG, Jonathan.

Post-productivist agricultural regimes and the South: discordant concepts? *Progress in Human Geography*, v.27, n.5, p.605-631. 2003.

WOORTMANN, Klaus.

O sentido das práticas alimentares. In: Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar, 1., 2004, Brasília. *Anais...* Brasília: UnB. 2004.